

DECRETO Nº 058/2020, de 09 de abril de 2020.

Dispõe sobre o funcionamento, com atendimento ao público, dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que especifica.

**JULIANO ZUANAZZI**, Prefeito Municipal de Marcelino Ramos, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 052/2020, de 1º de abril de 2020, que declarou a calamidade pública no âmbito do Município de Marcelino Ramos e dispôs sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do surto epidêmico de Coronavírus (COVID-19).

CONSIDERANDO, ainda, o disposto nos incisos VI, VII e VIII do § 2º do art. 5º do Decreto Estadual nº 55.154, de 1º de abril de 2020, inseridos pelo Decreto Estadual nº 55.177, de 8 de abril de 2020;

**DECRETA:**

**Art. 1º-** Ficam acrescidos ao Decreto Municipal nº 052/2020, de 1º de abril de 2020, que reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território municipal, para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), os seguintes artigos:

*Art. 3º - A. Fica autorizado o funcionamento, com atendimento ao público, dos seguintes estabelecimentos comerciais, observadas as medidas de cumprimento obrigatório de que trata o art. 4º do Decreto Estadual nº 55.154, de 1º de abril de 2020:*

*I – restaurantes, lanchonetes e lancherias;*

*II – estabelecimentos de prestação de serviços de higiene pessoal, tais como cabelereiros e barbeiros;*

*III – estabelecimentos dedicados exclusivamente ao comércio de chocolate e outros gêneros alimentícios.*

*Parágrafo único. Os bares somente poderão funcionar com atendimento por tele entrega e retirada de alimentos, vedada, em qualquer caso, a abertura ao público, o ingresso de qualquer cliente, bem como a formação de filas ou qualquer tipo de aglomeração de pessoas.*

*Art. 3º - B O funcionamento de estabelecimentos de prestação de serviços de higiene pessoal, tais como cabelereiros e barbeiros deve, obrigatoriamente:*

*I - ser realizado com equipes reduzidas;*

*II – restringir o número de clientes simultâneos, observando-se sempre o distanciamento interpessoal mínimo de 2 (dois) metros,*

*III – não exceder, a lotação nas salas de espera ou de recepção, a 30% (trinta por cento) da capacidade máxima prevista no alvará de funcionamento ou de proteção de prevenção contra incêndio, como forma de evitar a aglomeração de pessoas.*

*Parágrafo único. Os estabelecimentos de que trata este artigo deverão, antes e depois do atendimento de cada cliente, higienizar todas as superfícies de toque e instrumentos de contato pessoal, bem como determinar aos seus funcionários e colaboradores, a utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, na forma do art. 4º do Decreto Estadual nº 55.154/2020.*

*Art. 3º - C Fica vedado aos estabelecimentos dedicados ao comércio de chocolate e outros gêneros alimentícios, aproveitarem-se da autorização de funcionamento para a comercialização de outros itens, como de bazar, papelaria, livraria, decoração dentre outros.*

**Art. 2º-** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, mantidas vigentes as disposições do Decreto Municipal nº 045, de 20 de março de 2020 e do Decreto Municipal nº 052/2020, de 1º de abril de 2020, que não conflitem com o presente Decreto.

**Art. 3º**- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO RAMOS, em 09 de abril de 2020.

JULIANO ZUANAZZI,  
Prefeito Municipal.